

Natureza e política: uma tensão no pensamento de Michel Foucault

[Nature and Politics: a tension in the thought of Michel Foucault]

Marcelo Raffin*

recebido: 06/2014

aprovado: 08/2014

Resumo: Este artigo procura desenvolver a relação entre natureza e política no pensamento de Michel Foucault como a produção do “humano” ou do vivente “humano” a partir da especial imbricação que o filósofo propõe entre vida e poder mediante três noções centrais de sua produção: as da biopolítica, da correlação entre práticas sociais de encerro, novos domínios de saber, novos objetos e novos sujeitos, da qual se produziria a subjetividade moderna e toda a ordem social moderna como sociedade de normalização, e da constituição da figura do “homem” no interstício da positividade das ciências que se criaram em torno dela.

Palavras chave: Foucault, subjetividade, biopolítica, natureza, poder.

Abstract: This article intends to develop the relationship between nature and politics in the thought of Michel Foucault as the production of the “human” or the living “human” following the particular imbrication proposed by the philosopher between life and power through three fundamental notions of his work: biopolitics, the correlation between social practices of imprisonment, new domains of knowledge, new objects and new subjects, of which modern subjectivity and modern social order would result as the society of normalization and the constitution of the figure of “man” in the interstice of the positivity of the sciences created around it.

Keywords: Foucault, subjectivity, biopolitics, nature, power.

* Investigador no Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (CONICET) na área de Filosofia e Professor Titular Regular de Filosofia na Universidade de Buenos Aires (UBA). Doutor em Filosofia pela Universidade de Paris 8.

Introdução

Para desenvolver a relação entre natureza e política no pensamento de Michel Foucault, eu gostaria de evocar uma citação fundamental de sua produção que estabelece, de entrada e claramente, essa relação e a tensão que ela implica:

“Durante milênios, o homem seguiu sendo o que era para Aristóteles: um animal vivente e ademais capaz de uma existência política; o homem moderno é um animal em cuja política está em questão sua vida de ser vivente”¹.

Trata-se de uma citação fundamental de um momento central da “obra” de Foucault, se é que podemos empregar esta noção que ele mesmo recusou junto às de “autor” e “comentário” (embora finalmente, como assinala provavelmente o mais célebre e rigoroso de seus biógrafos, Foucault também entrou no jogo da obra, do autor e do comentário ao desenvolver sua vida intelectual, o que nos habilita, entre outras coisas, a pensar sua produção nestes termos²). Trata-se do capítulo V *Direito de morte e poder sobre a vida*, do tomo 1º *A vontade de saber de História da sexualidade*, publicada em 1976. Nele Foucault apresenta um ponto de inflexão do seu pensamento, que coroa sua preocupação filosófica fundamental que recorre sua obra de um extremo ao outro, aquela na qual se revela acaso sua obsessão transformada em gênio produtivo: dar conta de como se formou a subjetividade moderna, ou, como ele diz,

¹ Foucault, M., *La volonté de savoir*, tomo I de *Histoire de la sexualité*, Paris, Gallimard, 1995, p. 188. Toda vez que não se indique o contrário, a tradução é própria.

² Cf. Éribon, D., *Michel Foucault (1926-1984)*, Paris, Flammarion, 1989, pp. 11-12

como chegamos a ser quem somos. A resposta pode resumir-se em sua categoria do “biopoder” ou da “biopolítica” que Foucault explica rapidamente em uma primeira definição como o poder sobre a vida ou a entrada da vida na história. Para Foucault, então, o acontecimento decisivo da modernidade está constituído pelo lugar central que a vida humana tem vindo a ocupar neste espaço-tempo. Mais precisamente a operação fundamental que o poder tem realizada sobre a vida: a de localizar a animalidade/naturalidade do humano no centro da politicidade. Assim, Foucault explicita o biopoder como

“aquilo que faz entrar a vida e seus mecanismos no domínio dos cálculos explícitos e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana”³.

Como assinala Giorgio Agamben em *Homo sacer I. O poder soberano e a vida nua* (1995), Foucault resume assim o processo através do qual, ao começo da modernidade, a vida natural começa a ser integrada nos mecanismos e os cálculos do poder do Estado e a política devém “biopolítica”. Nesta afirmação, Foucault retoma a secular tensão entre metafísica e política formulada por Aristóteles em sua noção do “*zoíon politikón logón ekhón*” (“*animal político capaz de lógos - razão/palavra/discurso-*”) que tem marcada e percorrida a história da ontologia até nossos dias e com respeito à qual, ele formula a forte declaração com a qual quis começar este artigo e o estabelecimento da relação entre natureza e política.

³ Ibidem.

Recordemos esse lugar comum da história da ontologia ocidental inaugurado por Aristóteles na *Política* em uma passagem famosa:

“A partir disto é então evidente que a cidade está entre as coisas que são por natureza e que o homem é por natureza um animal político, e que quem, por natureza e não por azar, vive sem cidade, é de uma ordem inferior ou superior à do homem, como aquele ao que reprocha Homero ‘sem clã, sem lei e sem lar’, porque o que é tal por natureza é também amante da guerra, como uma peça isolada no jogo de damas. A razão pela qual o homem é um animal político, mais que a abelha e que qualquer animal gregário, é evidente. Em efeito, tal como dizemos, a natureza não faz nada em vão. O homem, por certo, é o único dos animais que possui palavra. Porque a voz é sinal da dor e do prazer, e por isso a possuem também os demais animais (pois sua natureza chegou ao ponto de possuir sensação do quão doloroso e prazenteiro e de poder manifestá-la uns aos outros), mas a palavra tem por fim expressar o vantajoso e o prejudicial, e por isso também o justo e o injusto. Em efeito, próprio e exclusivo dos homens com respeito aos demais animais é que só eles têm a percepção do bom e do mau, do justo e do injusto e do demais pelo estilo, e é a comunidade de quem tem tais percepções a que constitui uma casa e uma cidade”⁴.

⁴ Aristóteles, *Política*, trad. de María Isabel Santa Cruz y María Inés Crespo, Buenos Aires, Losada, 2005, pp. 56-58.

Nesta passagem, Aristóteles, em um forte giro retórico, passa de proclamar a naturalidade da *polis* com respeito a toda forma de agregação humana (a união do macho e a fêmea que leva ao *oikos*, a *koinonía* –comunidade- e a *polis*) à naturalidade da animalidade política do humano: a frase “*to ánthropos phýsei zoíon politikón*” -o homem é por natureza um animal político-, que se completa com “*logón ekhón*”-capaz de razão-palavra-discurso-, umas linhas mais adiante, com o qual Aristóteles desenha o quadro completo de uma antropologia filosófica via sua análise da *polis*.

Neste artigo, então, eu gostaria de desenvolver a tensão entre natureza e política em Foucault como a produção do humano ou deveria dizer melhor, do vivente humano, a partir da especial imbricação que ele propõe entre vida e poder mediante três momentos de sua obra:

1) Em primeiro lugar, o que corresponde à elaboração da categoria de “biopoder” ou “biopolítica” que se complementa com as noções de “governamentalidade” (*gouvernementalité*) e as “técnicas de si”. A este momento corresponde a história da sexualidade (em seus diferentes tomos) e os cursos do *Collège de France* que a acompanham, a partir do ano 1976 até, poderia se dizer, sua morte, em 1984; assim como uma série de artigos entre os quais se destacam *A governamentalidade* (1978), *Nascimento da biopolítica* (1979) e *Omnes et singulatim: A uma crítica da razão política* (1981).

2) Em segundo lugar, o da correlação entre práticas sociais de encerro, novos domínios de saber, novos objetos e novos sujeitos, da qual se produziria, como uma resultante de forças

físicas, a subjetividade moderna e toda a ordem social moderna. A este momento corresponde sua outra grande genealogia dos anos 1970, *Vigiar e punir. O nascimento da prisão* (1975), as conferências reunidas sob o título *A verdade e as formas jurídicas* (1973), mas também obras prévias como sua tese doutoral principal *História da loucura na época clássica* (1961/1972);

3) Em terceiro lugar, o momento da constituição da figura do “homem” no interstício da positividade das ciências que se criaram em torno dela, tese forte que Foucault defende na arena própria da ontologia e que estabelece em *As palavras e as coisas* (1966).

Em consequência, vou fazer um percurso à contramarcha, ao menos cronológica, na obra de Foucault, indo do momento de maior elaboração sobre a produção do humano às etapas prévias. Com isto, pretendo aderir justamente às posições que, ao analisar a obra de Foucault, não sustentam uma linearidade progressiva no desenvolvimento de suas idéias, mas sim, idas e voltas e, sobretudo, uma complementariedade entre seus distintos momentos.

Por outro lado, e provavelmente o *métier* próprio da filosofia obrigue, vou trabalhar com citações para poder orientar a interpretação das idéias que proponho.

Finalmente, uma observação de princípio se impõe: o desenvolvimento da relação entre natureza e política em Foucault remete ao tratamento que Foucault faz da noção de vida sobre os rastros de Nietzsche. Mais uma vez, Foucault se apresenta como um herdeiro de Nietzsche na detecção do

acontecimento decisivo da modernidade: o biopoder ou poder sobre a vida.

O biopoder

Retomo então a interpretação foucaultiana sobre a tensão aristotélica entre metafísica e política constitutiva da ontologia ocidental mediante sua categoria do biopoder.

Poderíamos resumir a tese de Foucault da seguinte maneira: as formas que assumiu o humano e mais especificamente a vida (humana) na modernidade, foram o resultado de determinadas relações de poder-saber que, ao produzir subjetividade, produziram, ao mesmo tempo, regimes de verdade. Esta tese que vemos desenhar-se desde sua tese doutoral *História da loucura na época clássica*⁵ -obra na qual trabalha desde finais dos anos '50, durante os primeiros anos '60 e até sua publicação definitiva em 1972- e sua tese complementar *Gênese e estrutura da antropologia de Kant* de 1961, e que passará pelos momentos-chaves de *Nascimento da clínica*, de 1963, *As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas* de 1966, *A ordem do discurso* de 1971, *Vigiar e punir. O nascimento da prisão* de 1975 e *História da sexualidade* em seus distintos tomos, mas particularmente no primeiro de 1976 -sem mencionar alguns artigos e cursos no *Collège de France*-, encontra seu ponto de maior

⁵ O título original em 1961 era *Folie et déraison. Histoire de la folie à l'âge classique*, mas quando o livro foi reimprimido em 1972, Foucault agregou um novo prefácio e dois apêndices e mudou o título para *Historie de la folie à l'âge classique*.

desenvolvimento na noção de “biopoder” ou “biopolítica” e sua complementar da “governamentalidade” (*gouvernementalité*).

Ora, a noção de “biopoder” reúne dois polos em torno dos quais se desdobrou o poder sobre a vida: as disciplinas do corpo e as regulações da população, “anátomo-política” do corpo humano e “biopolítica” das populações, respectivamente. Segundo Foucault, o “umbral de modernidade biológica” de uma sociedade se situa ali onde a espécie e o indivíduo como um simples corpo vivente, viram o desafio das estratégias políticas. Desde 1977, em seus cursos do *Collège de France*, Foucault começa a definir a passagem do “Estado territorial” ao “Estado de população” e a importância crescente da vida biológica e da saúde da nação, como um problema específico do poder político que se transforma progressivamente em “governo dos homens” e “governamentalidade”⁶. Foucault assinala que deste novo tipo de governo se desprende uma espécie de animalização do homem produzida pelas técnicas políticas mais sofisticadas. É o momento, em consequência, da aparição na história não só da multiplicação das possibilidades das ciências humanas e sociais, mas também da possibilidade simultânea da proteção da vida e da autorização de seu holocausto. Foucault diz:

“Teria de se falar de ‘biopolítica’ para designar aquilo que faz entrar a vida e seus mecanismos no âmbito dos cálculos explícitos e faz do poder-

⁶ Cf. os cursos de 14 de janeiro de 1976 e de 1º de fevereiro de 1978, em *Cursos en el Collège de France, « Il faut défendre la société » (1975-1976) e Sécurité, territoire, population (1977-1978)*, Paris, Gallimard/Seuil, 2004.

saber um agente de transformação da vida humana”⁷.

O desenvolvimento e o triunfo do capitalismo não teria sido possível desta perspectiva, sem o controle disciplinar realizado pelo novo biopoder que criou, através de uma série de tecnologias apropriadas, os corpos dóceis que necessitava.

A noção de biopolítica se encontra já em cernes em *Vigiar e punir* e começa a desenvolver-se ao mesmo tempo em que em *A vontade de saber*, em *Há que defender a sociedade*, o curso do *Collège de France* de 1975-1976. Nesta localização da elaboração da ou das noções de biopolítica em Foucault, claramente aparecem, ademais, seus cursos de 1977-1978 *Segurança, Território, População* e de 1978-1979 *Nascimento da biopolítica* e uma série de artigos da mesma época e posteriores, entre os quais cabe mencionar particularmente, *A governamentalidade* de 1978, *Nascimento da biopolítica* de 1979 e “*Omnes et singulatum*”: *a uma crítica da razão política* de 1979.

A noção de “governo” desembocará mais especificamente na noção de “poder pastoral” ou poder individualizador do poder centralizado e centralizador dos Estados modernos, e finalmente na “razão de Estado”, como coração da racionalidade política, como poder totalizante (“*omnes et singulatum*”, poder sobre o geral e sobre o particular⁸). Estas operações que terminaram na

⁷ Foucault, M., *Histoire de la sexualité 1. La volonté de savoir*, op. cit., p. 188.

⁸ Estas idéias foram retomadas, entre outros, por Agamben em seus respectivos paradigmas da soberania e da administração ou *oikonomia*.

“governamentalização” do Estado na modernidade, se produziram por meio da pastoral, a nova técnica diplomático-militar e, finalmente, a polícia⁹. Este poder é agora não só poder de construção, mas sim, melhor ainda, de autoconstrução e de gestão pessoais, de retorno a si, de cuidado de si, e mais particularmente, do corpo. Trata-se, em definitiva, do que Foucault batiza com o nome de “governamentalidade”, esse ponto de fuga no qual o poder, considerado desde o ponto de vista macro e institucional dos Estados modernos, consegue confluir com o poder que o sujeito exerce sobre si mesmo a partir de determinados ideais estéticos, éticos, dietéticos, cosméticos e econômicos, que Foucault denomina “artes da existência” ou “técnicas de si”. O poder em seu duplo aspecto do geral, as populações, e do singular, as subjetividades: *omnes et singulatim*.

É aqui quando Foucault se centra, entre outras práticas, na sexualidade para dar conta da construção do sujeito na medida em que a partir das práticas e das idéias que se criam no século XIX sob esse nome, o jogo do poder construirá sujeitos e domínios de saber determinados, tal como já o havia feito com os dispositivos de encerro relativos à loucura, a delinquência, o biológico, o linguístico, o mundo do trabalho, a pobreza e a doença, entre outros. E é justamente a partir da sexualidade que certo poder poderá desdobrar sua panóplia máxima, posto que já não se trate só de um poder exterior, coativo, mas sim de um poder interior, do poder que o próprio sujeito exerce sobre si mesmo através de um regime de governo de si.

⁹ Cf. neste sentido e especificamente, Foucault, M., *La “gouvernementalité” e “Omnes et singulatim”*: vers une critique de la raison politique, em *Dits et écrits*, tomos III e IV, Paris, Gallimard, 1994.

Em efeito, nesta genealogia da sexualidade, Foucault pretende

“analisar as práticas com as quais se levou aos indivíduos a prestar atenção em si mesmos, a decifrar-se, a reconhecer-se e a confessar-se como sujeitos de desejo, fazendo jogar entre eles mesmos, certa relação que lhes permite descobrir no desejo, a verdade de seu ser, seja natural ou culpável. Em soma, a idéia consiste, nesta genealogia, em investigar como os indivíduos foram levados a exercer sobre si mesmos e sobre os demais, uma hermenêutica do desejo, do que seu comportamento sexual foi indubitavelmente a ocasião, mas não certamente o domínio exclusivo. Em uma palavra, para compreender como o indivíduo moderno podia fazer a experiência de si mesmo como sujeito de uma “sexualidade”, era indispensável pôr em claro previamente, a maneira em que, durante séculos, o homem ocidental havia sido levado a reconhecer-se como sujeito de desejo”¹⁰.

A tal fim, ou seja, para fazer a “história do homem de desejo”, Foucault acha conveniente buscar na antiguidade as formas e as modalidades da relação a si mesmo pelas quais o indivíduo se constitui e se reconhece como sujeito, a partir de uma hermenêutica de si.

As perguntas centrais que Foucault estabelece são as seguintes: Como, porque e sob que forma a atividade sexual se constituiu como domínio moral? Porque esta preocupação ética

¹⁰ Foucault, M., *Histoire de la sexualité*, t. II *L'usage des plaisirs*, Paris, Gallimard, 1994, pp. 11-12.

tão insistente, embora variável em sua forma e em sua intensidade? Porque esta “problematização”?¹¹.

Dita problematização estabelecida pela cultura greco-latina está ligada a um conjunto de práticas que tiveram certamente uma importância considerável nas sociedades contemporâneas. Foucault as chama “artes da existência”.

“Por esta expressão há de se compreender práticas meditadas e voluntárias com as quais os homens, não só fixam regras de conduta, mas procuram transformar-se eles mesmos, modificar-se em seu ser singular, e fazer de sua vida uma obra que leve certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo. Estas “artes de existência”, estas “técnicas de si” perderam sem dúvida uma parte de sua importância e de sua autonomia ao integrar-se, com o cristianismo, no exercício de um poder pastoral, e logo mais tarde, em práticas de tipo educativo, médico ou psicológico. No entanto, restaria sem dúvida por fazer ou por retomar a longa história destas estéticas da existência e destas tecnologias de si. [...] Em todo caso, me pareceu que o estudo da problematização do comportamento sexual na Antiguidade podia ser considerado como um capítulo -um dos primeiros capítulos- desta história geral das ‘técnicas de si’¹²”.

Foucault analisa alguns rasgos gerais que caracterizam a maneira em que o pensamento grego clássico refletiu sobre o comportamento sexual como domínio de valoração e de eleição morais. Parte da noção então corrente de “uso dos prazeres” -

¹¹ Cf. *ibidem*, p. 17.

¹² *Idem*.

chrèsis aphrodisión- para desprender os modos de subjetivação aos que se refere: substância ética, tipos de submissão, formas de elaboração de si e de teleologia moral. Logo, começando cada vez de uma prática que tinha sua existência, seu status e suas regras na cultura grega (a prática do regime de saúde, da gestão do lar, a da corte amorosa), estuda a maneira em que o pensamento médico e filosófico elaborou este “uso dos prazeres” e formulou alguns temas de austeridade que iam ficar recorrentes em quatro grandes eixos da experiência: a relação com os corpos (dietética), a relação com a esposa (econômica), a relação com os rapazes (erótica) e a relação com a verdade (o verdadeiro amor)¹³.

A correlação básica entre práticas sociais de encerro, domínios de saber, novos objetos e novos sujeitos

A resposta à pergunta sobre a formação da subjetividade moderna se encontra em primeiro termo na obra de Michel Foucault, no que eu chamo de “correlação” entre práticas sociais de encerro -durante os séculos XVII e XVIII, na Europa ocidental-, que constituíram práticas de poder-saber e produção de domínios de saber, que, a sua vez, geraram novos objetos e novos sujeitos entre os quais aparece, como uma resultante e em forma paradigmática, o sujeito moderno. Ao qual Foucault agregará, um tempo mais tarde, determinadas técnicas e dispositivos que se aplicam às populações como biopolítica das populações, com o que elaborará a noção mais completa de “biopoder” ou poder sobre a vida, que já apresentei no ponto

¹³ Cf. *idem*, p. 39.

anterior¹⁴. A correlação que acabo de mencionar é desenvolvida por Foucault nos primeiros anos '70 e desembocará especialmente em *Vigiar e punir* em 1976, mas é já adiantada em seus fundamentos na série de conferências que pronuncia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em maio de 1973, e que foram publicadas sob o título de *A verdade e as formas jurídicas*. Na primeira dessas conferências, Foucault expressa claramente que tem o objetivo de investigar três pontos chave:

- 1 - como se formaram domínios de saber a partir de práticas sociais;
- 2 - analisar os discursos; e
- 3 - reelaborar a teoria do sujeito.

Em conseqüência, Foucault se propõe mostrar como as práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não só fazem que apareçam novos objetos, conceitos e técnicas, mas que fazem nascer, ademais, formas totalmente novas de sujeitos e sujeitos de conhecimento. Neste sentido, Foucault afirma que o mesmo sujeito de conhecimento possui uma história, a relação do sujeito com o objeto, e, mais claramente, a verdade mesma tem uma história. É ali onde Foucault apresenta sua tese sobre a formação da subjetividade moderna sob a figura do “homem” no século XIX como resultado das relações de poder-saber, em particular, das práticas

¹⁴ Foucault reformula esta perspectiva ao final de sua produção mediante as categorias de “modos de verificação”, “técnicas de governamentalidade” e “formas de práticas de si”. “É operando este triplo deslocamento teórico –do tema do conhecimento ao da verificação, do tema da dominação ao da governamentalidade, do tema do indivíduo ao das práticas de si- que se pode, me parece, estudar, sem nunca reduzir umas ao outras, as relações entre verdade, poder e sujeito.” Foucault, M., *Le courage de la vérité. Le gouvernement de soi et des autres II, Cours au Collège de France. 1984*, Paris, Gallimard/Seuil, 2009, p. 10. Cf. também o começo da lição de 10 de janeiro de 1983, em Foucault, M., *Le gouvernement de soi et des autres, cours au Collège de France, 1982-1983*, Paris, Gallimard-Seuil-EHESS, 2008, pp. 3-8.

sociais de controle e de vigilância, que se criam em torno dela. Assim, Foucault diz:

“Eu gostaria de mostrar em particular como pôde se formar no século XIX, certo saber do homem, da individualidade, do indivíduo normal ou anormal, dentro ou fora da regra, um saber que, na verdade, nasceu das práticas sociais de controle e vigilância”¹⁵.

Dessa maneira, Foucault se opõe ao modo de conceber o sujeito moderno tal como ele é entendido pela filosofia desde Descartes a Sartre, ou seja, como consciência solipsista e ahistórica, auto-constituída e absolutamente livre. Em contrapartida, ele propõe uma crítica radical do sujeito e o entende como um produto da história, das relações tecidas no interior da história em cada sociedade, que o fundam uma e outra vez. Portanto, o sujeito não está dado definitivamente, não é aquilo a partir do qual a verdade chega à história mais ao contrário, o caminho através do qual a verdade chega a ser. Por conseguinte, ele pretende mostrar a constituição histórica de um sujeito de conhecimento através de um discurso tomado como um conjunto de estratégias que formam parte das práticas sociais¹⁶.

Mas o que fica implícito no jogo que Foucault instaura entre práticas sociais, domínios de saber e sujeitos produzidos -o que pode denominar-se com o conhecido rótulo da relação entre

¹⁵ Foucault, M., *La vérité et les formes juridiques*, em *Dits et écrits*, tome III, *op. cit.*, p. 539.

¹⁶ É aqui onde Foucault apresenta sua tese das formas da verdade e da subjetividade ligadas às formas jurídicas que dão título às conferências de 1973: “Entre as práticas sociais nas que a análise histórica permite localizar a emergência de novas formas de subjetividade, as práticas jurídicas ou, mais precisamente, as práticas judiciais, são as mais importantes”. *Ibidem*, p. 540.

saber e poder em Foucault-, é o tema da verdade, ou melhor, o de uma “política da verdade”. Assim o revela Foucault na primeira conferência mediante a idéia de duas histórias da verdade: uma história interna e uma história externa ou exterior da verdade. A primeira é a história de uma verdade que se corrige partindo de seus próprios princípios de regulação, a história da verdade tal como se faz em ou a partir da história das ciências; a segunda refere aos lugares na sociedade (ao menos na sociedade ocidental) diferentes do âmbito da ciência propriamente dita, onde se forma a verdade e onde se define certo número de regras de jogo a partir das quais vemos nascer certas formas de subjetividade, certos domínios de objeto, certos tipos de saber¹⁷.

É no conceito do conhecimento como invenção (*Erfindung*), como oposto a origem (*Ursprung*), em Nietzsche, de onde se desprende a desaparecimento do sujeito soberano, próprio da tradição da filosofia moderna. Segundo Foucault, a invenção é para Nietzsche, tanto uma ruptura como algo que possui um começo pequeno, baixo, mesquinho, inconfessável. Dessa maneira, o conhecimento é o resultado do jogo, do enfrentamento, da confluência, da luta e da solução de compromisso entre os instintos. Foucault afirma, lendo a Nietzsche, que

“é precisamente devido a que os instintos se encontram, se batem e chegam, finalmente, ao término de suas batalhas, a uma solução de

¹⁷ Cf. idem, p. 541.

compromisso, que algo se produz. Este algo é o conhecimento”.¹⁸

Foucault conclui, portanto, que se é verdade que entre o conhecimento e os instintos -tudo o que faz, tudo o que trama o animal humano- não há mais que ruptura, relações de dominação e servidão, relações de poder, quem desaparece então já não é Deus, mas sim o sujeito em sua unidade e soberania¹⁹.

É claro, por conseguinte, que em sua investigação da formação do sujeito, Foucault articula saber e poder. Como já assinalai, certas práticas sociais engendram certos domínios de saber que, por sua vez, geram novos objetos que constituem novos sujeitos de conhecimento. Este jogo de relações reconhece como linha estruturante o poder-saber. Nesse sentido, Foucault empreende uma elaboração do poder (talvez a contra cara, a outra ponta e o extremo da subjetividade) que também arremete contra sua conceptualização tradicional. Já não o poder com maiúsculas, unicamente identificado com o político (o poder político, o do Estado e os poderes do Estado), não só o dos dominadores e dominados, o duplo e assimétrico, mas sim o múltiplo e multidirecional, o que se exerce no enfrentamento, em cada ocasião; não já o de cima para baixo, mas sim o que se pratica nos interstícios sociais, em cada um dos cantos da estrutura social; não finalmente um poder transcendental, mas sim imanente; em fim, um micropoder, ou melhor dito, múltiplos micropoderes. Tal como afirma Foucault, trata-se, antes bem, em certo modo, de uma “microfísica” do poder que

¹⁸ Idem, p. 545.

¹⁹ Cf. Idem, 547.

os aparatos e as instituições põem em jogo, mas cujo campo de validade se situa em certa forma entre esses grandes funcionamentos e os próprios corpos com sua materialidade e suas forças.

Foucault oferece então, em uma célebre passagem do primeiro capítulo de *Vigiar e punir*, uma série de traços que caracterizam o poder e que se opõe a várias tradições e correntes que refletiram, de maneira canônica, sobre ele²⁰. Proponho reuni-los da seguinte maneira:

1 – crítica da noção de poder como propriedade e proposta do conceito de exercício estratégico em rede deslocada:

O primeiro traço é a crítica da noção de poder como propriedade própria da conceptualização da soberania na teoria política moderna (o que poderíamos chamar, de modo paradigmático, o “modelo hobbesiano”, o poder do Leviatã, o rei-soberano que está por em cima dos outros com os símbolos clássicos da coroa, do cetro e da espada). Na visão de Foucault, a essa noção do poder é preciso opor o conceito de poder como exercício estratégico e que, então, os efeitos de dominação não sejam já atribuídos a uma “apropriação”, mas sim a umas disposições, a umas manobras, a umas táticas, a umas técnicas, a uns funcionamentos. Como corolário, é preciso conceber o poder como uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade mais que um privilégio que se poderia possuir. Nesse sentido, o poder não tem um lugar fixo determinado, mas é exercido conscientemente ou inconscientemente, nos múltiplos

²⁰ Estas idéias sob o poder podem ser complementadas com os desenvolvimentos que Foucault apresenta no ponto *Método* do capítulo IV *O dispositivo de sexualidade de A vontade de saber*.

pontos que constituem a trama das relações sociais. Consequência desta característica é que o poder não pode ser pensado, como tradicionalmente fazem a teoria política e a teoria jurídica, a partir das relações do Estado com os cidadãos, mas tampouco, segundo a tradição marxista, na fronteira das classes. No mesmo sentido, o poder não se obtém de uma vez para sempre mediante um novo controle dos aparatos nem por um novo funcionamento ou através de uma destruição das instituições (a lei do “tudo ou nada”).

2 – modelo da batalha perpetua e rejeição dos modelos do contrato, da conquista e da proibição:

Ao mesmo tempo, Foucault afirma que é preciso derrubar o modelo do contrato que opera uma sessão ou o da conquista que se apodera de um território para pensar o poder, e utilizar o modelo da batalha perpétua (mais uma vez, a influência de Nietzsche). Mas o poder tampouco pode ser pensado como uma obrigação ou uma proibição. O poder invade os indivíduos e os corpos, passa por eles e através deles.

Por conseguinte, as relações de poder não se limitam a reproduzir no nível dos indivíduos e dos corpos, a forma geral da lei ou do governo e embora exista continuidade, não existe analogia nem homologia, mas sim especificidade de mecanismo e de modalidade.

3 – percepção do poder através de seus efeitos:

Foucault afirma a idéia de que o poder só pode ser percebido através dos efeitos que ele induz sobre toda a rede na que está compreendido:

“Há de se admitir, em soma, que este poder se exerce mais que se possui, que não é o “privilégio” adquirido ou conservado da classe dominante, mas sim o efeito de conjunto de suas posições estratégicas, efeito que manifesta e as vezes acompanha a posição daqueles que são dominados”²¹.

4 – As relações de poder não são unívocas nem unidirecionais e implicam inumeráveis pontos de enfrentamento:

As relações de poder definem pontos inumeráveis de enfrentamento, focos de instabilidade cada um dos quais comporta seus riscos de conflito, de lutas e de investimento pelo menos transitória das relações de forças.

Mas ao mesmo tempo e imediatamente, Foucault explica a relação íntima e inseparável do poder com o saber. Assim, ele assinala que há de se admitir que o poder produz saber (e não simplesmente no sentido instrumental) e que poder e saber se implicam diretamente um ao outro; que não existe relação de poder sem constituição correlativa de um campo de saber, nem de saber que não suponha e não constitua, ao mesmo tempo, umas relações de poder. Ainda mas, essas relações de “poder-saber” não podem se analisar a partir de um sujeito de conhecimento que seria livre ou não em relação com o sistema do poder, mas, pelo contrário, que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimento, são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas.²²

²¹ Foucault, M., *Surveiller et punir*, Paris, Gallimard, 1975, pp. 35.

²² Cf. *Ibidem*, p. 36.

Foucault vê o paradigma de todos os dispositivos de encerro que levaram, junto com os próprios da biopolítica, à construção da subjetividade moderna, na prisão e em seu princípio arquitetônico tomado do filósofo utilitarista inglês Jeremy Bentham, a quem, a princípios do século XIX, lhe coube a tarefa de reformar a organização do poder judicial em seu país. Bentham havia denominado “panóptica” a arquitetura das prisões posto que, graças a sua disposição espacial em celas concêntricas destinadas a cada interno em torno de uma torre central, cada um desses prisioneiros podia ser vigiado e controlado constantemente. O olho que tudo vê, o “panóptico”, eis aqui a figura de Bentham na que Foucault visualiza a base da constituição da subjetividade e a lógica do poder da sociedade moderna. Assim, ele explica:

“O *Panopticon* de Bentham é a figura arquitetônica desta composição. Seu princípio é conhecido: na periferia, uma construção em forma de anel; no centro, uma torre com largas janelas que se abrem ao muro interior do anel. A construção periférica está dividida em celas, cada uma das quais atravessa toda a largura da construção. Têm duas janelas, uma que dá para o interior, correspondente às janelas da torre, e a outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de uma parte à outra. Basta então colocar um vigia na torre central e encerrar em cada cela um louco, um doente, um condenado, um operário ou um estudante. Devido ao efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se perfeitamente sobre a luz, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia.

Tantos pequenos teatros como celas, nos que cada ator está só, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico dispõe de umas unidades espaciais que permitem ver sem cessar e reconhecer o ponto. Em soma, inverte-se o princípio do calabouço; ou mais ainda de suas três funções -encerrar, privar de luz e ocultar-; não se conserva mais que a primeira e se suprimem as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que em último termo protegia. A visibilidade é uma armadilha”²³.

A prisão, ela mesma baseada na organização espacial dos hospitais gerais do século XVII e do quartel militar, é o modelo do resto das instituições sociais na modernidade: entre outras, a fábrica, a escola, o hospício, o hospital. O encerro dos corpos em espaços panópticos e o cárcere da alma através dos dispositivos que se desprendem dos novos saberes (psiquiatria, psicologia, clínica médica, criminologia, sociologia, antropologia, pedagogia, ortopedia, demografia, entre outros), fazem às vezes de matriz para a nova sociedade. O panoptismo se serve não só do controle e a vigilância, mas também da disciplina, para o qual será necessário criar os padrões ideais a partir dos quais se dirimirão as regiões de normalidade e anormalidade. Assim surgirá a norma, a regra, a lei e o sujeito normal e o anormal. Dai que quem se afastar da norma deva ser corregido no encerro. Dai que o encerro jogue também como tutor ou sarmento para encaminhar pela senda normal qualquer anormalidade. Múltiplos mecanismos de controle e disciplina

²³ Idem, pp. 233-4.

que vão construindo a ordem burguesa e a sociedade de normalização²⁴.

O homem e seus duplos

Dos distintos momentos em que Foucault vai desdobrando sua idéia de produção e modelação do humano pelo poder-saber, o estabelecimento que faz em *As palavras e as coisas*, leva sua proposta às águas específicas da ontologia de maneira explícita, em um exercício de antecipação da cifra oculta da lógica do “humano” na modernidade como captura e centralidade da animalidade na politicidade que formula, como disse, de modo explícito, ao final de *A vontade de saber*. É conhecida a figura da “morte do homem” que Foucault lança desde o prefácio da obra: o homem não é indubitavelmente nada mais que um desgarro na ordem das coisas, uma construção gerada por relações de poder-saber, da qual reconforta e tranquiliza pensar, diante das quimeras dos novos humanismos e às facilidades de uma “antropologia” entendida como uma reflexão geral metade positiva metade filosófica sobre o homem, que é

“só uma invenção recente, uma figura que não tem nem dois séculos, uma simples dobra em

²⁴ Cf. Foucault, M., *Les anormaux. Cours au Collège de France, 1974-1975*, Paris, Seuil/Gallimard, 1999. Não devemos esquecer que este curso é aquele que Foucault dá no mesmo tempo em que ele vai publicar *Vigiar e punir*. Na primeira lição desse ano, de 8 janeiro de 1975, ele afirma que pretende estudar “esta emergência do poder de normalização, a maneira como se formou, a maneira com a qual ele se instalou, sem que nunca tomasse apoio numa sola instituição mas mediante o jogo que estabeleceu entre diferentes instituições, [que] estendeu sua soberania em nossa sociedade”. Ibidem, p. 24.

nosso saber e que desaparecerá assim que este encontrar uma nova forma”²⁵.

Mas provavelmente o coração de *As palavras e as coisas* se encontra no capítulo IX *O homem e seus duplos*. Ali Foucault sustenta que “o homem moderno só é possível a título de figura da finitude”²⁶. Como faz aparecer Foucault a finitude na figura do homem e como explica esta figura da finitude? A partir de uma crise da representação clássica que rompe definitivamente a relação entre as palavras e as coisas pela qual as palavras deixam de entrecruzar-se com as representações e de quadricular espontaneamente o conhecimento das coisas. No começo do século XIX, as palavras encontram sua velha e enigmática espessura; separada da representação, a linguagem não existe de agora em diante e até nós, mais que de um modo disperso. Nietzsche e Mallarmé estabelecem as perguntas e as respostas exatas: quem tem o discurso, quem possui a palavra é a linguagem mesma, a palavra mesma, seu ser enigmático e precário. No movimento profundo de tal mutação arqueológica, aparece o “homem” com sua posição ambígua de objeto para um saber e de sujeito que conhece: como Foucault diz, “soberano submetido, espectador olhado”, o homem aparece no espaço vazio no qual gira todo o quadro de *As meninas* de Velázquez. A representação clássica deixou de ter valor. A representação que agora se faz das coisas,

“não tem já que desdobrar, em um espaço soberano, o quadro de seu ordenamento; é, por parte deste indivíduo empírico que é o homem, o fenômeno –menos ainda talvez, a aparência- de

²⁵ Foucault, M., *Les mots et les choses*, Paris, Gallimard, 1990, p. 15.

²⁶ *Ibidem*, p. 329.

uma ordem que pertence agora às coisas mesmas e sua lei interior. Na representação, os seres não manifestam já sua identidade, mas sim a relação exterior que estabelecem com o ser humano”²⁷.

A finitude do homem se anuncia na positividade do saber e se perfila sob a forma paradoxal do indefinido; indica, mais que o rigor do limite, a monotonia de um caminho que, sem dúvida, não tem limite mas que talvez não tenha esperança. O homem que se descobre na positividade dos saberes modernos, é capturado em “a abertura muda, noturna, imediata e feliz da vida animal”²⁸.

“Assim, desde o coração mesmo da empiricidade, se indica a obrigação de remontar ou, a vontade, descer justo até uma analítica da finitude na qual o ser do homem poderá fundar em sua positividade todas as formas que lhe indicam que não é infinito”²⁹.

O primeiro caráter com que esta analítica marcará o modo de ser do homem será o da repetição. A finitude é na figura do *Mesmo*, a identidade e a diferença das positivities e de seu fundamento. Diz Foucault:

“Vemos como a reflexão moderna, desde o primeiro início desta analítica, leva, por um rodeio, a certo pensamento sobre o Mesmo – onde a diferença é o mesmo que a Identidade-, à exposição da representação, com sua dilatação em quadro, tal como o ordenava o saber clássico. É neste espaço minúsculo e imenso, aberto pela

²⁷ Idem, p. 324.

²⁸ Idem, p. 325

²⁹ Idem, p. 326.

repetição do positivo no fundamental, que toda esta analítica da finitude –tão ligada ao destino do pensamento moderno- vai se desdobrar: ali vamos ver sucessivamente o transcendental repetir o empírico, o cogito repetir o impensado, o retorno à origem repetir seu retrocesso; é ali onde vai afirmar-se a partir de si mesmo um pensamento do Mesmo irredutível à filosofia clássica”³⁰.

O fim da metafísica não é outro senão a cara negativa da aparição do homem. Esta ontologia sem metafísica tende ao desvelamento sempre a realizar do Mesmo que se produz com a aparição simultânea do Duplo, desse “e” do retrocesso e do retorno, do pensamento e do impensado, do empírico e do transcendental, daquilo que pertence à ordem da positividade e daquilo que é da ordem dos fundamentos. Identidade e repetição estão no coração deste pensamento moderno.

Assim, Foucault se encontra novamente, como o declara em *O sujeito e o poder* (1982), com o problema do poder. E deveríamos especificar ou dizer melhor, com o poder-saber. Mas também, e ao mesmo tempo, com o problema da verdade e o da produção-construção-invenção da verdade, a história da verdade e o problema do fundamento.

Epílogo

Se for tida em consideração a tensão natureza-política na obra de Foucault, do que se trata, em todo caso, é de percorrer os sendeiros secretos, subterrâneos e às vezes escuros, pelos

³⁰ Idem.

quais as experiências fundamentais da loucura, o sofrimento, a morte, o crime, o desejo e a individualidade, se vincularam com o conhecimento, a verdade e o poder e nos produziram em uma especial superposição entre animalidade e politicidade como acontecimento capital da modernidade. Trata-se, em definitiva, de problematizar quem chegamos a ser a partir dessa particular equação e quem poderíamos chegar a ser a partir de sua resolução.

Bibliografia

Aristóteles, *Política*, trad. de María Isabel Santa Cruz y María Inés Crespo, Buenos Aires, Losada, 2005.

Éribon, D., *Michel Foucault (1926-1984)*, Paris, Flammarion, 1989.

Foucault, M., *La volonté de savoir*, tomo I de *Histoire de la sexualité*, Paris, Gallimard, 1995.

, « *Il faut défendre la société* », *Cours au Collège de France. 1975-1976*, Paris, Gallimard/Seuil, 2004.

, *Sécurité, territoire, population*, *Cours au Collège de France. 1977-1978*, Paris, Gallimard/Seuil, 2004.

, *La “gouvernementalité”*, em *Dits et écrits*, tomo III, Paris, Gallimard, 1994.

, “*Omnes et singulatim*”: *vers une critique de la raison politique*, em *Dits et écrits*, tomo IV, Paris, Gallimard, 1994.

, *Histoire de la sexualité*, t. II *L'usage des plaisirs*, Paris, Gallimard, 1994.

, *Le courage de la vérité. Le gouvernement de soi et des autres II, Cours au Collège de France. 1984*, Paris, Gallimard/Seuil, 2009.

, *Le gouvernement de soi et des autres*, cours au Collège de France, 1982-1983, Paris, Gallimard-Seuil-EHESS, 2008.

, *La vérité et les formes juridiques*, em *Dits et écrits*, tomo III, *op. cit.*.

, *Surveiller et punir*, Paris, Gallimard, 1975.

, *Les anormaux, Cours au Collège de France. 1974-1975*, Paris, Seuil/Gallimard, 1999.

, *Les mots et les choses*, Paris, Gallimard, 1990.

, *Le sujet et le pouvoir*, em *Dits et écrits*, tomo IV, *op. cit.*.